

CADE/MEC, BRASÍLIA, DF, 9 DE JULHO DE 1997

*Senhor Ministro de Estado Interino da Justiça, Dr. José de Jesus Filho; Ministro Clóvis Carvalho; Senhores Ministros de Estado que aqui estão; Senhor Ministro da Fazenda, retardatário, Pedro Malan; Senhor Presidente do Cade, Gesner de Oliveira; Senhores participantes desse Seminário; Senhoras e Senhores,*

Quero apenas expressar, e quero fazê-lo com a minha presença aqui, o entusiasmo com o qual o Governo vê as transformações que estão ocorrendo nesta área e agradecer a ação enérgica do Presidente do Cade, dos Conselheiros do Cade e, sobretudo, essa articulação que existe hoje entre setores distintos do Governo, que perceberam que, sem uma convergência, é impossível haver a transformação do aparelho do Estado, tão necessária para que o Estado deixe de lado essa discussão inglória entre Estado mínimo e Estado máximo, para ser o Estado ótimo, um Estado que cumpre, realmente, aquilo que é necessário para a sociedade num momento de transformação tão profunda como é este momento pelo qual estamos passando aqui no Brasil.

Eu acho que, hoje, não só o Cade, mas também a Secretaria de Direito Econômico e também a Secretaria de Acompanhamento Econômico, uma do Ministério da Justiça, outra do Ministério da Fazenda, estão perfeitamente articulados. E me apraz ver que o que parecia quase impensável no Brasil, ou seja, a preocupação com a existência de organismos capazes de entender a importância da concorrência, de não ter o temor dos grandes, no duplo sentido, mesmo que eles existam, porque a economia moderna está, em parte, organizada através de megaorganizações; nem o temor de que eles não respeitem a lei, porque eles vão ter que respeitar, como já estão respeitando as decisões. Essa transformação foi muito importante no Brasil. É recente, mas é muito importante.

O Dr. Gesner mencionou que eu, como Senador, apresentei um projeto em 1990 – depois que o Governo tinha revogado a lei de 62 que criara o Cade – para tentar, outra vez, colocar essas questões num prisma mais amplo. E quero mencionar, aqui, a ação nesse projeto, primeiro, dos advogados que estiveram por trás, como assessores do projeto – alguns estarão por aqui –, e a presença, naquele momento, do Deputado Fábio Feldman, que me aterrorizava freqüentemente, mostrando que eu tinha que fazer alguma coisa nessa matéria. Ele realmente teve um papel muito grande em me convencer da importância de uma ação mais enérgica na regulação da competição. Foi possível, portanto, quando nós já estávamos no Ministério da Fazenda, em 94, discutir mais aprofundadamente essa matéria; e, finalmente, foi possível regulamentar de forma adequada o Cade.

Esses instrumentos são essenciais para que nós possamos fazer face à globalização da economia. Muitas pessoas desavisadas imaginam que “globalizou, está resolvido”. Não é assim. Globalizou, há uma série de problemas. Até porque nós vamos ter que participar de uma maneira ativa neste processo, e não, pura e simplesmente, ser vítimas das consequências desse processo. Como todo grande processo histórico e social, a globalização, ou mundialização, como os franceses preferem dizer, tem aspectos positivos e negativos. Em grande medida, depende da capacidade que nós tenhamos, como sociedade nacional, de reagir aos processos que estão em marcha no mundo. Uma das partes muito im-

portante de toda essa rearticulação das economias diz respeito à capacidade interna a cada país de se organizar para preservar a competição.

Então, acredito que tanto essas regras relativas à competição quanto as regras relativas ao direito do consumidor são fundamentais para que o Brasil, efetivamente, possa reagir de forma construtiva a esses processos mais globais que estão ocorrendo. O Dr. Gesner mencionou, com muita propriedade, que seria ilusório imaginar que uma sociedade sem regras fosse a sociedade ideal para os grandes atores do processo de globalização. É o oposto. Nós temos que ter regras – regras que preservem aquilo que é essencial no espírito democrático, que é a capacidade de defesa do consumidor e, portanto, a capacidade também de preservar a competição. As empresas, elas próprias, tenderão a fazer monopólio, tenderão a fazer oligopólio. É normal que o façam. É como no poder: se não se põe regra para limitar o poder, quem o exerce – não sendo eu – vai querer poder o máximo. É a mesma coisa. É preciso regras que impeçam essa tentação permanente do desdobramento que pode ocorrer em qualquer situação de poder. E aí, no caso, é o poder econômico que tem que ter regras que têm que ser definidas, e definidas com compreensão da natureza do poder econômico. Não podem ser definidas, pura e simplesmente, a partir de uma visão retrógrada, que não perceba que existem mudanças importantes e que é preciso é regulamentá-las.

Acredito, também, que nós precisamos marchar mais, e é bom que esteja aqui o Dr. José de Jesus, que vem do Superior Tribunal de Justiça. Nós precisamos ter maior densidade na jurisprudência a respeito dessas matérias, porque isso é que vai permitir, realmente, a garantia de um estado de direito, e de um estado de direito que seja percebido como a defesa efetiva da sociedade e do cidadão. É cedo para que essas regras já estejam adensadas. Nós estamos com uma experiência ainda nova nessa área, mas eu creio que nós temos que pensar já em termos, também, de um adensamento de decisões dos tribunais que possam validar aquilo que está sendo feito, ou, então, colocar limites naquilo que está sendo feito, para que possamos reorganizar as nossas decisões.

Quero, também, aproveitar esta oportunidade, nestas breves palavras, para lhes dizer que o trabalho desempenhado pelo Cade tem sido

excepcional. Nesses 200 dias, vejo nos textos de atividades do novo Cade que foi feito mais do que nos 20 anos anteriores, em termos de matérias que subiram à decisão, que foram objeto de discussão, das decisões e do alcance das decisões tomadas; e o fato de que a sociedade percebe que se trata de um órgão onde as influências político-partidárias não devem existir, e não existem; tampouco as influências burocrático-políticas, de quem quer que seja, do Presidente, de ministro ou de quem quer que seja; onde realmente vale a capacidade técnica, a independência e o respeito à inspiração constitucional e às diretrizes que hoje são aceitas pela sociedade brasileira.

Isso é a reconstrução do Estado no Brasil. Nós estamos reconstruindo o Estado no Brasil para fazer face a essa sociedade mais aberta, duplamente, na área econômica, por causa da abertura econômica, mas, também, mais aberta politicamente, por causa da participação crescente de setores mais amplos da sociedade. Nós estamos, realmente, refazendo uma porção de instituições estatais, para que elas possam ter sentido neste novo momento da história do Brasil. É claro que, para essa transformação do aparelho do Estado, há algumas reformas que estão lá no Congresso, são importantes; mas elas não esgotam a tarefa transformadora do Estado. Talvez até, em perspectiva histórica, seja uma parte menor do que está ocorrendo em termos da modificação da estrutura do Estado.

Uma parte dessa modificação está também no Congresso. São as leis complementares a decisões constitucionais que flexibilizaram monopólios. E, agora, nós estamos criando agências novas: a agência que vai cuidar da telefonia, a agência – que eu não me lembro como se chama – da energia, a hidrelétrica; a agência do petróleo, etc. São entes novos, não são os velhos ministérios com suas burocracias. Nesses ministérios, com o passar do tempo, houve uma espécie de “encrustamento” de interesses burocráticos e privados e, muitas vezes, das próprias burocracias estatais lidando com a área econômica, e que tomavam decisões bastante distantes dos governos, no que têm de essência política; e do Congresso – e, portanto, da opinião pública também.

Nós estamos criando agências que nós esperamos que possam ter, como o Cade, mais visibilidade, maior permeabilidade à sociedade e

menor influência no que tem de negativo, a influência político-partidária ou mesmo a influência político-burocrática. Não que elas deixem de existir. Pelo contrário. Mas elas têm que existir no lado positivo, na condução geral da política, na condução das linhas de governo, e não na definição somente, e obsessiva, de quem vai para o cargo tal ou qual, ou de qual decisão vai interessar a quem. Isso é lado velho do Brasil que vai ter que ser mudado, e está mudando.

Nós estamos criando, em várias áreas, estruturas novas, para que possamos, realmente, ter um Estado que corresponda aos anseios da sociedade contemporânea e que proteja os interesses populares e o espírito da Constituição; e que seja capaz de dar eficácia e eficiência às ações governamentais. Vai levar tempo, não é uma decisão, não é um ato de vontade do Presidente, nem um ato simplesmente de decisão do Congresso. Isso é um processo de mudança cultural, de mudança mais ampla, que está ocorrendo no Brasil.

Mencionei essas áreas, mas nós estamos tratando de outras áreas também, mais diretamente ligadas, mais afeitas à questão social – a educação, a saúde, a própria assistência social, a previdência –, onde as regras estão mudando, onde estamos saltando as estruturas clientelísticas. As decisões já não passam, pelo menos com tanta força como no passado, em função de interesses que se localizam no clientelismo, na troca de favores. A verba que vai para uma escola vai para a diretora da escola, com o Conselho de Pais e Mestres para tomar a decisão sobre o que fazer. A verba que vai para a saúde, da mesma maneira, vai sob o controle dos Conselhos de Saúde – difícilíssimo: são cinco mil municípios, não existem estruturas ainda para isso, talvez não haja nem mesmo cultura política para isso ou cultura mais ampla, democrática, de participação da cidadania para isso; mas é preciso começar. Vai-se pagar um certo preço.

No início, esse processo será talvez até mais lento do que o processo anterior, porque o anterior já estava com seus canais lubrificados. Este ainda não. Mas é o caminho novo, é o caminho da reconstrução do Estado, para o Estado deixar de ser sentido pela população com alguma coisa alheia a ela e, às vezes, até opressora dela, e passar a ser alguma

coisa que ela perceba ser do seu interesse, de sua utilidade. O Cade faz parte disso. Esse novo Cade faz parte disso. Agora: falta mais coisa; mas é o momento mais que oportuno para um debate em termos mais amplos e mais internacionais. É esse o objetivo deste Seminário.

Na medida em que o Brasil se reestrutura, na medida em que o Brasil passa a confiar mais nele próprio, ele também tem que ser mais humilde. Porque a reestruturação é a autoconfiança: se não tem parâmetros, passa a ser um elemento de provincianismo pensar que está tudo resolvido, porque é nosso. E não é bem assim. Nós temos que saber que falta muito, que não se deve estar descobrindo, de novo, a quadratura do círculo, que assim não vai funcionar; e que é preciso, então, aproveitar o que há de positivo nas experiências existentes em outros países que já passaram pelas transformações que nós estamos passando, não para copiá-las, mas para que possamos nos motivar por essas transformações, adaptá-las, dentro do possível, às nossas próprias necessidades.

Esse é o objetivo deste Seminário. Eu li, vi aí a agenda do Seminário, a lista dos participantes e me deu inveja de vocês, que vão poder participar disso tudo, e um pouquinho de pena de mim, que vou continuar discutindo o dia-a-dia, no desempenho de funções que são, certamente, relevantes, me aprazem muito, mas que, em certos momentos, me dão saudade da época em que eu podia ser acadêmico puro e me deleitar com a opinião dos outros. Hoje são os outros que não se deleitam, que criticam as minhas.

De qualquer maneira, eu acredito que este Seminário terá êxito. Quero apenas renovar as minhas felicitações e os meus votos para que as coisas continuem no caminho que está já delimitado com essa nova ação do Cade e que tirem muito proveito do Seminário.

Muito obrigado aos senhores e às senhoras.